1. R	esponsáveis Pelo Formulário	
	1.0 - Identificação dos responsáveis	1
	1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
	1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
	1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4
2. A	uditores Independentes	
	2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
	2.3 - Outras Informações Relevantes	8
3. Ir	nformações Financ. Selecionadas	
	3.1 - Informações Financeiras	9
	3.2 - Medições Não Contábeis	10
	3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
	3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
	3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
	3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
	3.7 - Nível de Endividamento	16
	3.8 - Obrigações	17
	3.9 - Outras Informações Relevantes	18
4. F	atores de Risco	
	4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
	4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	22
	4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	23
	4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	24
	4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	25
	4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	26
	4.7 - Outras Contingências Relevantes	27

	4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	28
5. 0	Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
	5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	29
	5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	31
	5.3 - Descrição Dos Controles Internos	33
	5.4 - Programa de Integridade	34
	5.5 - Alterações significativas	35
	5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	36
6. H	Histórico do Emissor	
	6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	37
	6.3 - Breve Histórico	38
	6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	43
	6.6 - Outras Informações Relevantes	44
7. /	Atividades do Emissor	
	7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	45
	7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	46
	7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	47
	7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	48
	7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	51
	7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	52
	7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	54
	7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	55
	7.8 - Políticas Socioambientais	56
	7.9 - Outras Informações Relevantes	57
8. 1	Negócios Extraordinários	
	8.1 - Negócios Extraordinários	58
	8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	60

	8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	61	
	8.4 - Outras Inf. Relev Negócios Extraord.	62	
9. <i>A</i>	ativos Relevantes		
	9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	63	
	9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	64	
	9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	65	
	9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	66	
	9.2 - Outras Informações Relevantes	67	
10.	Comentários Dos Diretores		
	10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	68	
	10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	74	
	10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	76	
	10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	77	
	10.5 - Políticas Contábeis Críticas	78	
	10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	81	
	10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	82	
	10.8 - Plano de Negócios	83	
	10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	84	
11.	Projeções		
	11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	85	
	11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	86	
12.	Assembléia E Administração		
	12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	87	
	12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	91	
	12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	96	
	12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	98	

	12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	99
	12.7/8 - Composição Dos Comitês	102
	12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	103
	12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	104
	12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	105
	12.12 - Outras informações relevantes	106
13.	Remuneração Dos Administradores	
	13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	107
	13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	109
	13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	112
	13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	113
	13.5 - Remuneração Baseada em Ações	115
	13.6 - Opções em Aberto	116
	13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	117
	13.8 - Precificação Das Ações/opções	118
	13.9 - Participações Detidas Por Órgão	119
	13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	120
	13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	121
	13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	122
	13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	123
	13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	124
	13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	125
	13.16 - Outras Informações Relevantes	126
14.	Recursos Humanos	
	14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	127

	14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	128
	14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	129
	14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	130
	14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	131
15.	Controle E Grupo Econômico	
	15.1 / 15.2 - Posição Acionária	132
	15.3 - Distribuição de Capital	136
	15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	137
	15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	138
	15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	139
	15.7 - Principais Operações Societárias	140
	15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	141
	16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	142
	16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	143
	16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	146
	16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	147
17.	Capital Social	
	17.1 - Informações Sobre O Capital Social	148
	17.2 - Aumentos do Capital Social	149
	17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	150
	17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	151
	17.5 - Outras Informações Relevantes	152
18.	Valores Mobiliários	
	18.1 - Direitos Das Ações	153

	18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	154
	18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	155
	18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	156
	18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	157
	18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	158
	18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	159
	18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	160
	18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	161
	18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	162
	18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	163
	18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	164
	18.12 - Outras Inf. Relev Val. Mobiliários	165
19.	Planos de Recompra/tesouraria	
	19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	166
	19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	167
	19.3 - Outras Inf. Relev Recompra/tesouraria	168
20.	Política de Negociação	
	20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	169
	20.2 - Outras Informações Relevantes	170
21.	Política de Divulgação	
	21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	171
	21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	172
	21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	173
	21.4 - Outras Informações Relevantes	174

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

JOSE LUIZ ABICALIL

Diretor Presidente/Relações com Investidores

PÁGINA: 1 de 174

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira doemissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
JOSE LUIZ ABICALIL
Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira doemissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
JOSE LUIZ ABICALIL
Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do

emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
JOSE LUIZ ABICALIL
Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM					
Código CVM	270-4	270-4				
Tipo auditor	Nacional					
Nome/Razão social	LMPG AUDITORES INDEF	PENDENTES				
CPF/CNPJ	29.184.207/0001-45					
Data Início	01/01/2004					
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS=R\$ 29.260,00					
Justificativa da substituição	RODIZIO OBRIGATÓRIO					
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor						
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço			
LUIZ FERNANDO L MAGALHÃES	01/01/2004 511.068.687-49 RUA MEXICO, N.11, 13. ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-144, Telefone (021) 25240345, Fax (021) 22631752, e-mail: igafbrasil@igafbrasil.com.br					

Antonio Carlos de Oliveira Pires

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	319-0			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	Boucinhas Campos & Conti	icinhas Campos & Conti Auditores Independentes S /S		
CPF/CNPJ	62.650.403/0002-14			
Data Início	02/04/2012	2/04/2012		
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONS	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS=R\$ 56.916,00			
Justificativa da substituição	RODIZIO OBRIGATORIO			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor				
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço	

888.894.677-20

02/04/2012

AV RIO BRANCO, 122, 21o.ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-001, Telefone (021) 22232433, Fax (021) 22639510, e-mail: acop@boucinhasconti.com.br

Nome responsável técnico

LUIZ FERNANDO L MAGALHÃES

Possui auditor?	SIM
Código CVM	270-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	LMPG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	29.184.207/0001-45
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 53.760,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

CPF

511.068.687-49

DATA_INICIO_ATUACAO

01/01/2017

Endereço

RUA MEXICO, N 11, SALA 1301, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-903, Telefone (21) 25240345, e-mail: lyra@lpmg.srv.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. outras Informações que a Companhia julga relevantes.

Não existem outras informações relevantes sobre este item "2".

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	-69.928.548,00	-75.506.510,00	-78.010.755,00
Ativo Total	58.640.064,00	55.219.587,00	57.328.878,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	25.580.998,00	17.789.569,00	16.302.125,00
Resultado Bruto	6.361.036,00	2.504.245,00	4.939.839,00
Resultado Líquido	5.577.962,00	2.504.245,00	4.796.689,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	11.900.000	11.900.000	11.900.000
Resultado Diluído por Ação	0,46	0,21	0,40

3.2 - Medições Não Contábeis

Não se aplica

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

NÃO HOUVE OCORRENCIA DE EVENTOS SUBSEQUENTES

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2018

Lucro retido para amortização de prejuízos acumulados

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2019

Lucro retido para amortização de prejuízos acumulados

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2020

Lucro retido para amortização de prejuízos acumulados

a. Regras sobre retenção dos lucros

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão deliberar em Assembleia Geral e por proposta da administração a retenção de parte ou da totalidade do lucro líquido apurado para ser utilizado na amortização de prejuízos acumulados ou em investimentos.

No encerramento do exercício, a Diretoria deve fazer elaborar as demonstrações financeiras, encaminhando-as, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício, a apreciação do Conselho de Administração e submetendo-as à Assembléia Geral Ordinária.

b. Regras sobre distribuição

Por deliberação do Conselho de Administração, a companhia pode observado o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da Lei 6.404/76:

- a) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço;
- b) levantar o balanço em período inferior a 1 (um) ano e, com base nele declarar dividendos.

Do resultado do exercício devem ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. O Lucro Líquido deve ter a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital realizado, conforme previsto em Lei;

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

- b) 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, para o pagamento de dividendos a acionistas;
- c) o saldo restante será posto à disposição da Assembléia Geral, que poderá, no todo ou em parte, destiná-lo à conta de reserva geral.
- d) os dividendos serão colocados à disposição dos acionistas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da Ata da Assembléia Geral que houver deliberado a distribuição ou da reunião do Conselho de Administração que, igualmente, houver decidido a distribuição de dividendos antecipados.
- e) os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da sociedade (art. 287 Item II, alínea "a" da Lei 6.404/76).
- f) os dividendos para ações emitidas em aumento de capital efetivados no curso de exercício social poderão ser fixados e pagos, por deliberação da Assembléia Geral e/ou do Conselho de Administração, "pró-rata temporis".
- c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual

d. Restrições à distribuição

Não aplicável.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	5.577.962,00	2.504.245,00	4.796.689,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	5.577.962,00	2.504.245,00	4.796.689,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2021	30/04/2020	30/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Preferencial	0,00					
Ordinária			0,00			
					0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Exercício Social Soma do Passivo Tipo de índice Circulante e Não Circulante		Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	128.568.612,00	Índice de Endividamento	2,19250000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)								
Tipo de Obrigação	·	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Empréstimo	Garantia Real		32.809.998,00	0,00	0,00	0,00	32.809.998,00	
Total			32.809.998,00	0,00	0,00	0,00	32.809.998,00	
Observação								

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "3".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Podemos não conseguir implementar totalmente nossa estratégia de negócios, como, proteger e fortalecer a marca Haga, atingir níveis superiores de qualidade, desenvolvimento e inovação de novos produtos.

Podemos não conseguir crescimento e rentabilidade sustentáveis em nossos mercados atuais e não identificar com êxito oportunidades em novos mercados e na expansão da rede de revendedores e de distribuidores de nossos produtos.

Não dispomos de capital de giro suficiente para garantia o crescimento e os investimentos necessários a modernização do parque fabril, dos processos de manufatura, de gestão e em novos produtos.

Em função do passivo recebido de administrações anteriores podemos ainda enfrentar contingências relativas a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e de instituições financeiras, não identificadas.

Além de tudo temos o continuo desafio de identificar quais mudanças de comportamento dos consumidores que, se não identificadas a tempo, podemos não ser capazes de responder em tempo hábil impactando assim na perda de mercado e de vendas.

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grande multinacional, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Estas empresas oferecem uma grande variedade de itens que competem com a maior parte de nossos produtos.

Enfrentamos concorrência de pequenos produtores com boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal oferecendo preços mais baixos, o que poderá resultar na diminuição do volume de nossas vendas ou reduzir preços e margens, e surgir novos concorrentes, situação que pode causar efeitos adversos nas nossas atividades operacionais, na situação financeira e nos resultados operacionais.

A perda de colaboradores qualificados pode representar uma ruptura na continuidade do crescimento, negócios, produção e administração da Companhia.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar as instalações e estoques. A falta de suprimento de energia elétrica ou de fornecimento de GLP, quebra de máquinas e de ferramentas podem provocar paradas de produção e de receita com efeito direto no resultado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020, 2019, e em 2018 são assim demonstradas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Responsabilidade civil Riscos diversos - estoques e imobilizados Veículos	1.390.000 39.040.000 149.169	1.380.000 25.610.000 117.055	2.840.000 20.777.000 139.024
	40.579.169	27.107.055	23.756.024

b. ao Controlador

A responsabilidade solidária, o risco da não continuidade visto a falta de aporte tecnológico em tempo hábil em contraponto à escassez de capital de giro, interesses conflitantes em relação aos dos investidores em função da condição de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, tais como, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias, a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações e a falta de capital próprio para aportes futuros.

c. aos Nossos Acionistas

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender suas posições pelo preço e ocasião que desejam.

Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores.

d. às Controladas e Coligadas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A descontinuidade das operações visto a falta de aporte tecnológico em tempo hábil em contraponto à escassez de capital de giro.

e. aos Fornecedores

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda podem afetar o nível de atividade da Companhia.

Adicionalmente, há dificuldades de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e comprometer os resultados.

f. aos Clientes

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

Recessões econômicas podem afetar a demanda, interromper ou levar a substituição de nossos produtos por produtos de menor preço por parte de nossos atuais consumidores.

A maioria de nossos produtos está dirigido aos consumidores das classes sócio-econômicas B, C e D, é de certo que tais classes sócio-econômica apresentem maior potencial de crescimento de consumo em cenário macroeconômico favorável, mas também representam os segmentos populacionais mais vulneráveis em tempos de recessão econômica.

g. aos setores da economia em que o emissor atue

Não se aplica

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A regulamentação do setor é limitada ao Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade do Habitat "PBQP-H" do Ministério das Cidades.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não se aplica

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados

Objetivando minimizar os riscos a Companhia pratica constantes acompanhamentos e análises dos riscos aos quais possa estar exposta e que possa afetar seus negócios, a sua situação financeira e os resultados das operações de forma adversa.

O monitoramento do cenário macro-econômico e setorial, da oferta e da procura, são imprescindíveis para a tomada de decisão. A Companhia adota como política a disciplina financeira, a conservação do caixa e a manutenção de estoques reguladores.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o Emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (II) que sejam relevantes para os negócios da Emissora ou de suas controladas:

Na data da emissão do presente relatório de referência, não identificamos qualquer ação judicial ou processo administrativo individual pendente, se decidido de maneira desfavorável, poderá causar efeito sobre a nossa atividade.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do Emissor Companhia ou de suas controladas

2007.037.002204-2 (3ª Vara Cível de Nova Friburgo): Autora: **HAGA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Réu: THEODOR HEPP

Natureza: Cível – Responsabilidade civil/Indenização por dano material

Esfera: Judicial

Situação: Afastada a prescrição alegada pelo réu em recurso de apelação a favor da HAGA, os autos retornaram ao primeiro grau. Está em fase de produção de provas. Houve condenação do Réu a pagar multa de R\$ 14.000,00. Fase de Penhora premonitória em favor da HAGA. Sentença proferida. Pedido parcialmente procedente para condenar o Réu a indenizar a Autora pelos prejuízos sofridos decorrentes da falta de recolhimento de IPI e IRRF. Apelação do Réu improcedente . Sentença condenatória transitada em julgado em fase de execução de sentença.

Valor da Causa: R\$: 1.430.742,88

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Até a presente data, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o Emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Outras Contingências Relevantes.

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

- 4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:
- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável..

d. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

a) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e a diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Contas a Receber

	Contro	ladora	Consol	idado
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	6.995.748 (86.369)	3.538.319 (149.471)	9.358.504 (194.761)	5.237.632 (257.863)
Total	6.909.379	3.388.848	9.163.743	4.979.769
Abertura por idade e vencimento:	Controladora		Consolidado	
Abertara por luade e venoimento.				
A vencer	6.524.592	2.881.202	8.638.391	4.275.898
Vencidos até 30 dias	302.953	105.135	363.167	221.570
Vencidos de 31 a 60 dias Vencidos de 61 a 90 dias	45.092 3.893	9.047 10.346	66.253 20.153	12.386 24.248
Vencidos acima de 91 dias	119.218	532.589	270.540	703.530
Total	6.995.748	3.538.319	9.358.504	5.237.632
_		·		

b) Risco a valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. Nos anos de 2020,2019 e 2018 o saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50%. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado pelo emissor adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando.

a. riscos para os quais se busca proteção:

Risco de Crédito

Periodicamente avaliamos a sistemática de concessão de crédito e as fontes de consulta objetivando a redução da exposição.

Risco de Mercado

Acompanhamento dos indicadores fornecidos pela ABRAMAT e pela Confederação Nacional do Comércio, entre outros, que possam nos fornecer avaliação geral e a tendência do segmento que possa impactar no nível da atividade.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

Risco de Taxa de Câmbio

Não temos exposição relevante a taxas de cambio.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

Não aplicável.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Não aplicável

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

A administração desses riscos é realizada por meio indicadores e definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, com controle, acompanhamento sistemático, alçada e limite de crédito.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

A Companhia mantém um setor específico para crédito e cobrança, outro para contas a pagar, caixa, tesouraria, controle bancário e fluxo de caixa.

Cabe a Diretoria o exame, a liberação de normas e procedimentos, controle e gestão dos riscos, não havendo qualquer alteração significativa nos principais riscos a que estamos expostos ou na política de gerenciamento no último exercício social.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Em função dos recursos existentes e do porte da Companhia a estrutura e controle internos se encontram adequados no limite das disponibilidades.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotadas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercador e na política de gerenciamento.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não efetuou nenhuma transação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

Outros riscos aos quais estamos submetidos são os riscos regulatórios e fatores macroeconômicos; historicamente em momentos de crise econômica o setor da construção civil é o primeiro a sofrer retração e o último a sair.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações Significativas

Não houve alterações significativas.

A Companhia não efetuou nenhuma transação, especialmente durante os exercícios findos nos três (3) últimos anos, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

Outros riscos aos quais estamos submetidos são os riscos regulatórios e fatores macroeconômicos; historicamente em momentos de crise econômica o setor da construção civil é o primeiro a sofrer retração e o último a sair.

Não se aplica

de riscos e controles internos

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor 10/05/1946

Forma de Constituição do Emissor Sociedade Anonima

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 01/07/1988

6.3. Histórico da Companhia

- a) A HAGA foi fundada em 01 de abril de 1937, na cidade de Nova Friburgo, RJ, pelo engenheiro civil Hans Gaiser, imigrante de origem alemã, empreendedor, que percebeu a oportunidade de produzir ferragens no Brasil em função do grande desabastecimento que estava ocorrendo face ao fechamento das importações oriundas da Europa no período pré-segunda guerra Mundial.
- b) Diante da nova realidade, junto com o seu sobrinho **Frederico Sichel**, deram início a produção de Fechaduras e a montagem de uma Fundição, a primeira no país, de ferro maleável branco.
- c) A capacidade empreendedora de seus fundadores aliada à tecnologia que trouxeram, permitiu que, nas décadas de 50 a 80, a **HAGA** se transformasse em uma importante indústria com uma produção diversificada e de qualidade para os mais diversos mercados, tais como: autopeças, peças de ferro fundido para produtos e indústria de bens de capital, fechaduras para a construção civil, ferragens para a indústria naval, etc., a seguir:
 - Em 1952 foi a primeira Fundição do Brasil a mecanizar seu Sistema de Preparação de Areia, passando a suprir outras indústrias com peças de ferro fundido, como as de Máquinas de Costura, Máquinas de Escrever, de Motores a Explosão, Compressores para Geladeiras, Bombas de Gasolina, etc.;
 - Em 1968 a **HAGA**, junto com técnicos e sócios montou a primeira empresa do Estado (hoje, a Temperaço), especializada no tratamento térmico de Aços e Metais com o objetivo de atender a crescente demanda do Setor Automobilístico.
 - Em 1975 a **HAGA** participou de uma "joint venture", que permitiu trazer a Indústria Iwega para o Estado do Rio de Janeiro, com participação de 50% no Capital;
 - Em 1979 a **HAGA** comprou a Sociedade Industrial de Mecânica (hoje, a Enquip) com o objetivo de fornecer as peças de Ferro Fundido já usinadas;
 - Em 1982 a **HAGA** deu início a Nacionalização de importados direcionados as Instalações de Gás Natural para consumo industrial, como Reguladores, Medidores e Válvulas, "know How" totalmente absorvido e aprovado pela Petrobrás, CEG, Comgás, etc.;
 - Em 1986 teve aberto o seu capital e suas ações negociadas nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo:

• Em 1987 com base no planejamento Estratégico do Ministério de Minas e Energia, que previa uma grande demanda nas Instalações dos equipamentos para medição e controle de Gás Natural, a **HAGA** inaugurou a Fábrica Hagagás. Nesta ocasião, a empresa comemora seus 50 anos, vale dizer, glória e orgulho de Nova Friburgo com seus mais de 1200 funcionários.

d) Do declínio;

- Lamentavelmente, em 5 de dezembro de 1989, como desfecho de um período de uma administração temerária e negligente, a Companhia requereu Concordata Preventiva, regime no qual ainda se encontra.
- Em 8 de março de 1991 os acionistas da família Sichel, detentores do controle acionário da Companhia, venderam 72,7% do capital votante da **HAGA** para a Latrad Comercial Ltda.
- Em Fevereiro de 1992 o então controlador da **HAGA** vendeu o principal e mais rentável negócio, a divisão de Fechaduras e Cilindros para Automóveis, única fornecedora nacional para a Ford, Mercedes Benz, Volkswagen e Volvo, com contratos de fornecimento exclusivos para toda a América Latina, venda realizada a vista para um grande grupo de Autopeças.
- Com a venda realizada e concretizada e o respectivo pagamento, a promessa dos Administradores era de colocar as contas em dia inclusive os salários, encargos sociais e fornecedores, e tudo levava a crer que a companhia voltaria a operar normalmente.
- Em 29 de julho de 1992 a Latrad e os funcionários da **HAGA**, então representados pelo Presidente de seu Sindicato, assinaram um contrato no qual a Latrad, em caráter irrevogável e irretratável, prometeu transferir aos funcionários da Haga, sem ônus, a totalidade das ações ordinárias da Haga então de propriedade da Latrad, representativas de 72,7% do capital votante da Empresa.
- Em 14 de outubro de 1992, em Assembléia Geral dos funcionários da HAGA, foi constituída, sob a forma de sociedade civil, a "Associação dos Funcionários de Ferragens Haga S/C", tendo como finalidade deter e controlar o capital acionário da Companhia na sua qualidade, para esse efeito, de sucessora das pessoas físicas dos funcionários da empresa, substituindo-os na propriedade das ações.
- •Nos últimos meses de 1992 e até julho de 1993 a **HAGA** e a **Associação** deram prosseguimento a verdadeira batalha judicial através da qual intentaram haver o cumprimento das obrigações da Latrad. Esse contencioso judicial levou as partes, sob a presidência da Meritíssima Juíza da 1a. Vara Cível, a Dra. Cristina Mary Moura Ribeiro, a negociarem um Acordo judicialmente homologado e já cumprido para o

efeito de formalizar a transferência à Associação daquele bloco de 72,7% das ações ordinárias da **HAGA**.

- •O endividamento da **HAGA** junto a bancos, fornecedores e a outros credores privados assim como às autoridades tributárias e previdenciárias, foi o resultado calamitoso da má gestão da empresa, já relatada anteriormente, durante pelos menos os 10 anos que antecederam a assunção definitiva do controle acionário da Companhia pelos seus funcionários.
- Com efeito, os funcionários da **HAGA** receberam através de sua **Associação** o controle acionário de uma empresa impossibilitada, não somente de pôr em dia, em curto prazo, suas obrigações junto a bancos, a fornecedores e ao Fisco, mas também com seu crédito abalado e com seu mercado comprador debilitado.

e) Da recuperação;

- Com determinação e extraordinários esforços os <u>empregados empresários</u>, passaram a tomar uma série de **medidas**, a seguir:
- Restabelecimentos da ordem jurídica e estatutária da Companhia;
- Programa de redução de custo e adequação do quadro de funcionários a nova realidade, com melhoria contínua de todos os processos fabris e administrativos;
- Empenharam-se de maneira exemplar em recuperar, eles mesmos, a sua fábrica com sensível economia de recursos;
- Restabelecimento da credibilidade junto aos fornecedores de insumos e serviços;
- Retomar o mercado assumindo eles mesmos funções de vendedores dos produtos **HAGA** junto a casas comerciais que negociam no ramo de ferragens;
- Programa de recuperação do parque fabril, com investimento em novos equipamentos, recuperação e modernização dos existentes e automações de baixo custo;
- Investimentos em treinamento e capacitação da mão de obra, em conhecimentos gerais, em aplicação e conhecimentos de informática assim como cursos profissionalizantes;
- Revitalização da marca, divulgação dos produtos em ponto de venda, participação em feiras e exposições, publicações em revistas especializadas, apoio a engenheiros e arquitetos;

- Composição, pagamento e parcelamento dos débitos mais críticos à condução dos negócios;
- Cumprimento de todos os compromissos da Companhia mantendo a competência em dia, trabalhista, previdenciária, tributária, e de suprimento.

DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS APÓS A INVESDITURA DA ATUAL DIRETORIA, EM 1994.

- I. Depósito Judicial, em 1997, da segunda e última parcela da concordata;
- II. Acordo em 1997, para pagamento em 15 anos renovável com o Banco do Brasil, maior credor não quirografário, da Companhia;
- III. Pagamento a credores bancários: Bradesco, Itaú, Banco Noroeste, Banco Hércules, Banco Rural, Banco Mercantil do Brasil e BD-Rio.
- IV. Opção pelo REFIS, em 2000, parcelamento e regularização de todos os tributos, contribuições e taxas federais, que vem sendo cumprido na integra; (Anexo V).
- V. Parcelamento, em 1999 do débito referente ao FGTS não depositado entre 1988 e 1993;
- VI. Pagamento e liquidação de aproximadamente 600 (seiscentas) reclamatórias trabalhistas;
- VII. Acordos, parcelamento e liquidação de débitos junto a fornecedores de insumos e serviços;
- VIII. Pedido e deferimento de Parcelamento do débito referente ao ICMS, com base no convênio ICMS 86/97, da parcela correspondente a Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria :
 - IX. Regularização da situação fiscal junto a Municipalidade;
 - X. 21 de agosto de 2009, renovação do Acordo de pagamento com Banco do Brasil, reratificado em 23 de nov.de 2011. Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, com ultima parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais clausulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011,, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e

- de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018.
- XI. Em 30 de maio de 2012, expedida certidão do transito em julgado da sentença judicial que declarou cumprida integralmente as obrigações de concordatária determinando, por conseguinte, a extinção das responsabilidades como tal.
- XII. Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, ante a declaração de quitação geral e plena da dívida com a Massa Falida do Banco Comercial Bancesa, ocorrida no mês de maio de 2018, houve o reconhecimento da receita por repactuação de passivo cujo impacto positivo no resultado foi de R\$ 3.048.686.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não se aplica

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos.

Não se aplica

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrição sumaria das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A companhia tem por objetivo social a fabricação, comércio, importação e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres., inclusive de plástico e papelão, e, bem assim, atividades agropecuárias e reflorestamento. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil, que atua no segmento metal mecânico.

A operação desenvolvida, tanto na planta industrial localizada na sede da Companhia, como na da sua subsidiária integral, tem o foco principal na produção, comercialização e distribuição de Fechaduras, Cadeados, Dobradiças e Ferragens para a Construção Civil, com atuação em todo o território nacional e em alguns países da América Latina.

Não se aplica

dades de economia mista

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações.

a. produtos e serviços comercializados:

A Haga dispõe de uma extensa linha de Fechaduras, dobradiças e cadeados para a Construção Civil, que atende desde o segmento de Média alta até a de baixa renda, com aplicação residencial, comercial e industrial.

As fechaduras de embutir tipo externa, interna e banheiro, para portas de madeira, aço e alumínio, são desenvolvidas com base na norma técnica NBR 14913, para tráfego moderado, médio e intenso, com diferentes graus de segurança e de resistência a corrosão.

b. receita proveniente do segmento e sua participação em nossa receita líquida:

A receita apurada nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, se refere ao único segmento em que a Companhia atua.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido:

O lucro ou prejuízo apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, se refere ao único segmento em que a Companhia atua.

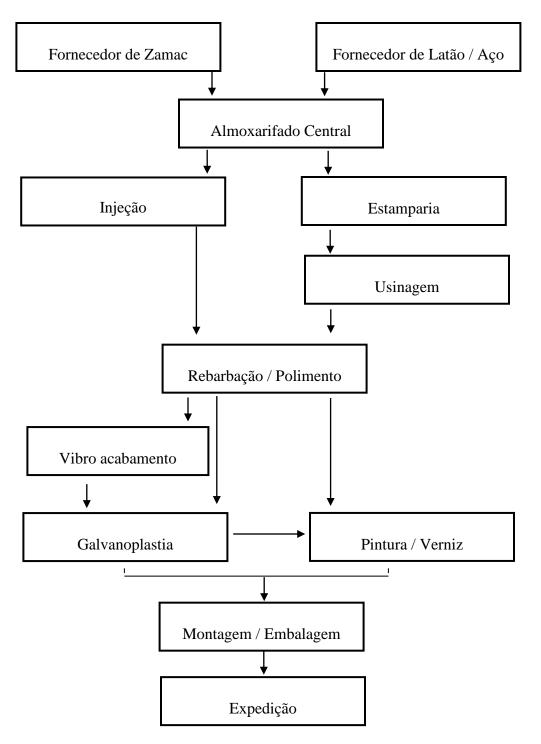
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos Produtos e Serviços descritos acima, descrever.

a. características do processo de produção:

O processo de produto consiste na transformação de ligas metálicas como aço, zamac e latão em peças e componentes através de processos de estamparia, injeção, usinagem, lixamento, polimento, pintura, tratamento galvânico, montagem e embalagem em caixas de papelão.

Fluxograma e descrição do processo de transformação.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

b. características do processo de distribuição:

O processo de distribuição é através de venda direta a Indústria da Construção Civil, fabricantes de portas de madeira, aço e alumínio, comércio varejista no segmento de material de construção e Home Center. O processo de distribuição se dá através de operadores logísticos terrestre com entrega ponto a ponto, da Haga ao intermediário.

c. características dos mercados de atuação:

O principal mercado de atuação da Companhia é o comércio varejista de materiais de construção, que atende principalmente o consumidor que constrói, reforma e amplia a sua própria moradia, no segmento de média renda.

i.. participação em cada um dos mercados:

Distribuição das Vendas - 2020				
Região	%			
Sul	9,85%			
Sudeste	73,44%			
Centro Oeste	5,32%			
Nordeste	11,14%			
Norte	0,17%			
Exportação	0,08%			

TOTAL

Distribuição das Vendas - 2019					
Região	%				
Sul	4,66%				
Sudeste	78,45%				
Centro Oeste	5,59%				
Nordeste	10,81%				
Norte	0,47%				
Exportação	0,03%				
TOTAL	100,00%				

Distribuição das Vendas - 2018					
Região	%				
Sul	4,65%				
Sudeste	80,74%				
Centro Oeste	5,20%				
Nordeste	8,75%				
Norte	0,52%				
Exportação	0,14%				
TOTAL	100,00%				

ii. condições de competição nos mercados:

O segmento de mercado em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras empresas sólidas e de maior porte, com presença tanto no mercado nacional quanto internacional, tais empresas apresentam uma maior variedade de produtos que competem com a maior parte de nossas linhas de produtos.

A Companhia ainda está exposta a concorrência de pequenos fabricantes que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais competitivos que os nossos.

d. eventual sazonalidade:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Especificamente no comércio varejista de material de construção e Home Center, tem apresentado maior demanda no segundo semestre de cada ano.

e. principais insumos e matérias primas:

i. descrição da relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental:

Na data deste Formulário de Referência não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a insumos e matérias primas fornecidos por nossos fornecedores. Nosso relacionamento com fornecedores não está sujeito a controle ou regulamentação governamental específica.

Principais fornecedores: - Material

Atotech do Brasil Galvanotécnica Ltda. – Produtos Químicos Cia. Metalúrgica Prada - Bobinas de aço Votorantim Metais Zinco S/A. – Zamac e Níquel Inox – Tech Com de Aços Inoxidáveis Ltda.- aço inoxidável Weg Indústrias S/A. – Tintas e Vernizes Paranapanema S A - Tiras e barras de latão Termomecânica São Paulo S/A. – Tiras e barras de latão

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

Não relevante

iii. eventual volatilidade em seus preços:

Os principais insumos derivados das ligas não ferrosas como zinco, alumínio, cobre, níquel e aço, estão sujeitos a variação de preços em função do dólar do dia e a cotação na Bolsa de Metais de Londres – insumos de uso intensivo em nossos produtos com impacto direto no custo dos produtos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

- 7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.
- a. montante total de receitas provenientes do cliente:

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente:

Não se aplica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- 7.5. Efeitos relevantes da Regulação Estatal sobre as Atividades do emissor.
- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração publica para obtenção de tais autorizações:

A regulação estatal no nosso segmento de atuação está limitada a Emissão da Licença de Operação e ao Cadastro Técnico Federal no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis.

Em 05 de Agosto de 2019 a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SSPLMCA, por meio do convênio firmado com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, expediu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO LO nº 0609/2019, com validade até 05 de Agosto de 2024.

Outorga de Direito de Recursos Hídricos para Indústria/Mineração, nº da declaração58376 conforme exigido pela Resolução nº 210 da Agência Nacional de águas – ANA.

<u>A</u> empresa possui projeto contra incêndio e pânico (1233/86) devidamente aprovado pelo CBMERJ-60 GBM/Nova Friburgo, protocolo n0 DST0406 e licença da Polícia Federal – Divisão de Controle de Produtos Químicos – n0 0009146-4, da Polícia Civil – Divisão de fiscalização de armas e explosivos – n0 151-L/2 e do Ministério da Defesa – Exército – n0 1038.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento e custos incorridos para o cumprimento ambiental e, se for o caso, de outras praticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Nossa Política Ambiental

O parque industrial da HAGA está localizado em meio ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Preservar, respeitar e conviver em harmonia com o meio ambiente é mais do que uma obrigação, é uma prioridade da HAGA e um compromisso com as gerações futuras.

O uso racional da água foi implantado há vários anos. O tratamento da água, bem como do ar oriundo dos sistemas de exaustão faz parte da política ambiental da empresa. A HAGA define sua gestão sobre os resíduos de acordo com o princípio dos três "Rs": reduzir, reciclar e reutilizar.

Aplicamos coleta seletiva, reciclagem e a correta destinação dos resíduos perigosos, além de palestras e eventos objetivando despertar o respeito ao meio ambiente.

Embora atendendo a regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderimos a padrões internacionais ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia não apresenta custos relevantes para obtenção das autorizações ambientais para o exercício de seus negócios junto à administração pública competente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

Não há qualquer dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

- 7.6. Receitas relevantes oriundas de outros países, identificando.
- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Não aplicável.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Não aplicável.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação estrangeira e de que modo tal sujeição afeta nossos negócios.

Não estamos sujeitos a regulação estrangeira.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Políticas Socioambientais

A Haga S.A. não publica relatório de sustentabilidade ou integrado em razão do porte da empresa, do segmento inserido, da complexidade, dos custos e controles que tal relatório impõe, e ainda por apresentar no Relatório de Referência nos item 7.1 ao 7.5, toda a descrição das atividades, produtos comercializados, descrição detalhada do processo de produção, materiais e insumos utilizados, riscos envolvidos, efeitos relevantes de regulação e da atividade da Companhia bem como a política Ambiental adotada.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras Informações Relevantes.

A reestruturação da programação visual da marca e lançamento continuado de produtos com apelo ao Design, bem como ações de promoção e exposição, tem sido e continuará sendo determinante para o crescimento da Companhia.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

Não se aplica

b. controladas e coligadas

O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações financeiras individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e; cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	
	31.12.2020	31.12.2019
Totais de ativos e Passivos	12.265.734	11.466.117
Total de Receitas	7.187.639	12.660.562
Lucro do Exercício	3.023.645	3.993.796
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	1.535.822	2.020.898
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	1.535.822	2.020.898
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011 Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos	20.000	20.000
distribuídos/recebidos)	1.511.822	1.996.898
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	1.535.822	2.020.898

8.1 - Negócios Extraordinários

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

Não se aplica.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

Não se aplica.

e. sociedades sob controle comum

Não se aplica.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Organograma Societário

Não se aplica

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não se aplica

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras Informações que julgamos relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "8".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Outros bens relevantes do ativo não circulante:

Não dispomos de outros bens relevantes do ativo não circulante.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Predio Industrial-	Brasil	RJ	Nova Friburgo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	12.093.443/0001-53	-	Controlada	Brasil	RJ	Nova Friburgo	INDUSTRIALIZAÇÃO, MONTAGEM, EMBALAGEM, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTEFATOS DE METAL, PLASTICO E PAPELÃO	100,000000
				Valor mercado)			
31/12/2020	0,000000	0,000000	2.260.627,00	Valor contábi	I 31/12/2020	1.535.822,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	4.025.199,00	1				
31/12/2018	0,000000	0,000000	4.351.019,00	1				
Razões para aquisição	o e manutenção de tal partici	pação						
ESTRATÉGIA COMER	CIAL							

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Outras Informações Relevantes:

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020, foi na ordem R\$ 5.577.962 (Cinco milhões quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais) conta R\$ 2.504.245 (Dois milhões quinhentos e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais) em 31/12/2019, resultante do reconhecimento proporcional da repactuação do passivo junto ao credor Banco do Brasil S.A. na ordem de R\$ 6.041.403 (Seis milhões quarenta e um mil, quatrocentos e três reais). Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2018.

CONSOLIDADO	2020	2019	2018
Receita Líquida em R\$	29.814.860	23.551.592	22.911.397
Lucro líquido em R\$	5.577.962	2.504.245	4.796.689
Margem Liquida	18,71%	10,63%	20,94%

O nível de atividade da Companhia continua sendo refletido pelos indicadores do desempenho industrial na Economia Brasileira, em especial, pela contínua retração da indústria da construção civil, ocorrida de forma intensa desde de 2014, agravada no primeiro semestre do corrente ano pelos efeitos provocados pela Sars-CoV-2, em recuperação a partir do mês de agosto de 2020, devidamente representada e identificada na publicação do terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020 e agora com a consolidação em 31 de dezembro de 2020.

CONSOLIDADO	2020	2019	2018
Receita Líquida em R\$	29.814.860	23.551.592	22.911.397
Custo do Produto Vendido	21.424.426	18.421.221	18.537.739
CPV / Receita Líquida	71,86%	78,22%	80,91%

O Custo do Produto Vendido de 71,86 % sobre a Receita Liquida em 2020 contra 78,22 % em 2019 e de 80,91% em 2018, reflete os esforços da administração da Companhia em fazer conter os aumentos de custos ocorridos na Mão de Obra direta, nas matérias primas e nos outros gastos de fabricação, que apresentaram reduções em suas incidências no CPV total. Quanto ao custo da Mão de Obra, ainda em patamares elevados em relação a anos anteriores por efeitos resultante do fim da desoneração previdenciária sobre a folha de salários.

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, tem apresentado a partir do segundo semestre de 2020 uma forte variação positiva em suas cotações na London Metal Exchange - "LME", sensíveis aos atuais movimentos especulativos da economia mundial, além da forte variação cambial.

Consolidado	2020	2019	2018
Capital de Giro	21.206.882	21.846.690	22.754.711
Índice de Liquidez Corrente	1,758	1,933	2,023
Caixa	33.553.066	35.479.485	34.568.675
Prejuízos Acumulados	(88.891.771)	(94.469.733)	(96.973.978)
Patrimônio Líquido	(69.928.548)	(75.506.510)	(78.010.755)

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020, uma evolução do Ativo Circulante Consolidado de R\$ 45.240.902 em 2019 para R\$ 49.157.735 em 2020 e no Passivo Circulante Consolidado, de R\$ 23.394.212 em 2019, para R\$ 27.950.853 em 2020, situação que sinaliza uma evolução nos indicadores da Companhia. O índice de liquidez corrente, que foi 1,93 no ano de 2019 e 2,02 em 2018, alcançou 1,76 em 2020, apontando uma redução no capital circulante, reflexo do aumento no passivo circulante relacionado a obrigações com fornecedores, tributárias, REFIS e outras contingências, além das dificuldades outras na economia brasileira que surgiram em

função da pandemia provocada pelo Sars-CoV-2.

O patrimônio líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, volta a apresentar regressão, de (-) R\$ 75.506.510 em 31 de dezembro de 2019, para (-) R\$ 69.928.548 em 31 de dezembro de 2020, tendendo ser revertido em longo prazo, pelo resultado da aplicação das seguintes medidas: 1 - Repactuação do passivo; 2 - Retenção de lucros.

Consolidad	0	2020	2019	2018
Receita em R\$	Líquida	29.814.860	23.551.592	22.911.397
Estoques		5.664.268	3.486.685	4.897.382
Giro		5,26	6,76	4,68

Amento dos estoques, R\$ 3.486.685 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5.664.268 em 31 de dezembro de 2020, decorre da necessidade de maiores volumes de insumos disponíveis para atender à crescente demanda apresentada no segundo e último trimestres de 2020, no intuito de evitar rupturas de produção.

Consolidado	2020	2019	2018
Receita Líquida em R\$	29.814.860	23.551.592	22.911.397
Despesas com Vendas	3.510.957	3.233.427	3.022.883
	11,78%	13,73%	13,19%
Despesas Administrativas	3.965.878	3.918.305	3.809.587
	13,30%	16,64%	16,63

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 3.510.957, 11,78% da receita liquida em 2020 contra R\$ 3.233,427, 13,73% da receita líquida em 2019, assim como, igualmente analisadas sobre a receita líquida, as despesas Administrativas e Gerais de R\$ 3.965.878, 13,30% no ano de 2020, contra R\$ 3.918.305, 16,64% em 2019, ambas situadas em patamares condizentes com o porte e com o nível de exigências legais e operacionais da Companhia - condição que não permite em curto prazo, redução significativa nos seus custos. Ainda cabe destacar, que a maior parcela dos custos da Companhia é de natureza variável, de difícil redução sem impacto na qualidade dos produtos. Entretanto, é parte da estratégia da Companhia a utilização de novos materiais, a manutenção da operação e o

cumprimento das demais obrigações organizacionais, empresarial e tributárias pertinentes.

1. INVESTIMENTO

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2020, na ordem de R\$ 1.324.524 (Um milhão trezentos e vinte quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais), foram destinados, na quase totalidade, na recuperação, aquisição e modernização de máquinas e equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos, assim como no ano de 2019.

CONSOLIDADO	2020	2019	2018
Lucro líquido em R\$	5.577.962	2.504.245	4.796.689
Investimento	1.324.524	1.366.624	3.459.046
	23,75%	54,57%	72,11%

Grande parte dos bens adquiridos nos últimos anos encontra-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 31 de dezembro de 2020, indicar que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo - principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos, mesmo com a incerteza que se estabelece em razão do advento Sars-CoV-2, com aumento da volatilidade e de taxas menores de crescimento Global e consequentemente do Brasil.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução e de decisão judicial, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando e administrando dívidas contraídas em administrações anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

b. estrutura de capital

b. estrutura de capital

O capital é de R\$ 10.353.000,00 (Dez milhões e trezentos e cinquenta e três mil reais), totalmente integralizado e dividido em

11.900.000 (Onze milhões e novecentas mil) ações nominativas, das quais 3.966.667 (três milhões novecentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) são ordinárias e 7.933.333 (sete milhões novecentas e trinta e três mil trezentas e trinta e três) são preferenciais, todas sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de parcelamentos tributários, de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, e, especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação

de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições.

	31.12.2020	31.12.2019	
Bancos Privados	20.754.086	20.374.496	а
Banco do Brasil S/A	12.055.912	<u>18.119.934</u>	b
	32.809.998	38.494.430	
Parcelas de curto prazo	(20.776.705)	(20.397.115)	
	12.033.293	18.097.315	in .

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

- a) empréstimos contratados com Bancos, vencidos em períodos anteriores a dezembro de 1991, com direito de cobrança prescritos, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos.
- b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, nos autos da Execução n°. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com ultima parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.041.403.

Não há operações de Empréstimos e financiamentos na controlada.

g. limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente a Companhia não dispõe de contratos de financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico:

O nível de atividade da Companhia continua sendo refletido pelos indicadores do desempenho industrial na Economia Brasileira, em especial, pela contínua retração da indústria da construção civil, ocorrida de forma intensa desde de 2014, agravada no primeiro semestre do corrente ano pelos efeitos provocados pela Sars-CoV-2, em recuperação a partir do mês de agosto de 2020, devidamente representada e identificada na publicação do terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020 e agora com a consolidação em 31 de dezembro de 2020.

É ainda muito incerto uma retomada mais consistente e acentuada da atividade econômica em razão do Sars-CoV-2, que tem provocado alta volatilidade dos mercados financeiros (câmbio) e de suprimentos de insumos primário e com projeções de crescimento menores a nível Global e do Brasil; sinalizadas pelo relatório FOCUS de 22 de fevereiro de 2021, os indicadores de mercado apontam um crescimento do PIB em 3,29% para 2021, ainda insuficiente para cobrir a perda de (-) 4,1% ocorrida em 2020 de acordo com o IBGE.

Permanece em evidência os riscos inflacionários haja vista grande parte das commodities minerais e de outros insumos estarem atrelados à Variação Cambial e a cotação na LME - "London Metal Exchange", sensíveis aos atuais movimentos especulativos da economia mundial, com impacto direto nos preços dos produtos, tendendo a aumentar nos próximos trimestres, - expectativa já capturada pelo índice de preços ao produtor (IPP-IBGE) de Dezembro de 2020 que ficou em 0,41 % no mês e 19,40 % no acumulado em 12 meses, com o segmento de metalurgia chegando a 34,37 % acumulado no ano, extrativos 45,75 % e madeira a 32,71. Visto isto, é inevitável um repique inflacionário nos próximos meses já que o IPP de janeiro já apresenta uma variação de 3,36% no mês e 22,95% acumulado nos últimos 12 meses, impactados fortemente pelo Grupo de Polímeros (PVC e Polipropileno) 68,03% e Aços com 40,06%, insumos fortemente utilizados pela indústria em geral.

O Banco Central deverá continuar atuando na política monetária através da taxa de juros, cujo movimento poderá afetar positivamente a expectativa de crescimento do PIB.

O programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - Capital, RMF e Municípios destinados a favorecer a aquisição da casa própria por uma camada

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

maior da população, passível de revisões em função do orçamento geral da União, deverão ser mantidos nos próximos anos, ante ao grande déficit habitacional na ordem de 5,7 milhões de moradias.

A administração da companhia permanece se movimentando em busca de outras oportunidades viáveis, afins com a força instalada de venda, canais de venda e processos de industrialização existentes em seu parque fabril, focada no objetivo de obter novas receitas em possíveis outros segmentos do mercado.

Ainda é importante destacar o contínuo grau de informalidade existente no mercado da construção civil, situação já mencionada em relatórios anteriores.

Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido - matéria prima - mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve variações substancialmente relevantes das receitas atribuídas a preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos; a variação ocorrida se deu em função da retomada da economia ocorrida no segundo semestre, principalmente no segmento da construção civil, após a forte retração provocada pelos efeitos da Sars-CoV-2.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 o custo dos insumos (materiais) praticamente se manteve na mesma proporção em relação a receita liquida, 36,87%, contra 37,58% em 2019. O Cambio exerce impacto direto nos custos de insumos com variações atreladas a "LME" referente aos metais não ferrosos. Os Juros se mantiveram numa condição de impacto neutro no exercício.

A Companhia procurou adotar, desde o último trimestre, uma política de recuperação gradual nos preços dos produtos comercializados, haja vista o forte aumento dos insumos - medida inicialmente factível, agora com sinais de saturação. Assim, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

- 10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.
- a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2020 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Énfases no Parecer do Auditor

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações , pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos 3(três) exercícios sociais não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações estes inerentes.

II - Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

IV - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V - Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

VI - Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP-Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás. Na controlada, compreende também o investimento em sua subsidiária integral Fullmetal Indústria e Comércio S.A., ajustado periodicamente pelo valor correspondente aos resultados líquidos desta, tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

VII - Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

VIII - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

IX - Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

X - Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

XI - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XII - Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência e pela repactuação de passivo junto a instituições financeiras.

XIII - Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- 10.6. Opinião dos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:
- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram detectadas deficiências nos controles internos, não havendo recomendações relevantes dos auditores independentes em seus relatórios.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- 10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar
- a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não se aplica, não houve oferta publica.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8 - Plano de Negócios

- 10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
- a) investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2020, na ordem de R\$ 1.324.524 (Um milhão trezentos e vinte quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais), foram destinados, na quase totalidade, na recuperação, aquisição e modernização de máquinas e equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2021.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No limite da capacidade de investimento desenvolvemos constantemente atualizações dos atuais produtos e até novos modelos complementares como parte de renovação e melhoria do portfólio, sempre considerando a força de vendas, pontos de vendas e formas de distribuição, não havendo no momento investimentos relevantes e consideráveis.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que possam influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

- 11.1 Projeções e Estimativas
- a. objeto da projeção

Não aplicável.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

Não aplicável.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

- 11.2 Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais.
- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Não aplicável.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável.

- 12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido em seu estatuto social e regimento interno.
- a. atribuições de cada órgão:

Compete ao Conselho de Administração, além das deliberações previstas em Lei:

- I) orientar a Diretoria e supervisionar as atividades da companhia;
- II) aprovar o relatório anual da Diretoria e a Proposta de Destinação dos Lucros Sociais;
- III) autorizar a Diretoria a renunciar a direitos, a transigir, a dar avais e fianças em favor de terceiros, a alienar, a hipotecar, ou de qualquer forma onerar bens do ativo permanente da companhia, desde que de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais);
- IV) avocar, a qualquer tempo, o exame das atividades específicas da companhia, em qualquer setor, e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria;
- V) eleger e destituir os Diretores da companhia, fixar-lhes atribuições e estabelecer os respectivos limites de competência e de decisão;
- VI) escolher o substituto, em caso de vaga de cargo de Diretor;
- VII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários;
- VIII) aprovar condições especiais de contratação para o exercício de funções de Diretor;
- IX) autorizar a associação da companhia a outras sociedades;
- X) abrir ou encerrar filiais ou escritórios, em qualquer ponto do território nacional;
- XI) Convocar Assembléia Geral no caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Compete à Diretoria

- I) realizar a administração ordinária dos negócios sociais, adotando as medidas e providências necessárias ao, eficiente e regular funcionamento da companhia, na estrita conformidade do disposto no estatuto social.
- II) cumprir e fazer cumprir, mesmo por ato isolado dos Diretores, a Lei, o Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e as determinações do Conselho de Administração, assim como todos os contratos e obrigações e responsabilidade da companhia;

- III) apresentar à Assembléia Geral o relatório da administração, após sua aprovação pelo Conselho de Administração, na forma do disposto no artigo 24° do estatuto social;
- IV) transigir, renunciar a direitos, deliberar sobre a aquisição de bens móveis e/ou a constituição de ônus reais sobre esses bens, com observância do disposto nos Artigos 24° e 32° do estatuto social.

As matérias de interesse da companhia, ainda que postas sob a deliberação da Diretoria, deverão ser encaminhadas, pelo Diretor Presidente, à apreciação e decisão do Conselho de Administração.

Compete ao Conselho Fiscal cujo funcionamento não é permanente sem prejuízo das competências disciplinadas em lei:

- I) em sua primeira reunião, eleger o seu Presidente.
- II) comunicar previamente as faltas ou impedimentos ocasionais e serão substituídos pelo respectivo suplente.
- III) reunir-se ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo as convocações feitas pelo Presidente, por iniciativa própria, ou atendendo a pedido de qualquer de seus membros.
- IV) registrar as deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes em Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal.
- V) dirigir os pedidos de esclarecimentos ou informações, por parte do Conselho Fiscal ou de seus membros, por escrito, diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, ou na sua ausência, ao seu substituto legal, encaminhadas e respondidas através do Presidente do Conselho Fiscal.
- VI) adotar as medidas e providências necessárias ao eficiente e regular funcionamento do Conselho, a estrita conformidade ao disposto no Estatuto Social da Companhia, as Leis, e as deliberações do Conselho Fiscal;

b. data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

Não possuímos conselho fiscal instalado.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

d. em relação ao membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Ao Diretor Presidente compete, especialmente:

- I) representar a companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa física ou jurídica, entidade, ofício ou repartição;
- II) coordenar e orientar as atividades da Diretoria, presidindo suas reuniões;
- III) supervisionar os trabalhos comerciais, financeiros, administrativos, de contabilidade e de produção, imprimindo-lhes a orientação adequada;
- IV) orientar a política de investimentos a ser seguida pela sociedade, incrementando-lhe o desenvolvimento:
- V) proferir o voto de qualidade nas reuniões de Diretoria

A Diretoria da sociedade não é permitido emitir ou avalizar títulos de favor, dar fiança ou contrair, em nome da sociedade, quaisquer obrigações civis ou comerciais, estranhas ao interesse social sem prévia autorização do Conselho de Administração

Diretor de Relação com os Investidores

- I) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação;
- II) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- III) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social e reportar à assembléia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- IV) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Diretor sem designação especial

- I) planejar, executar e administrar as atividades de compras, suprimentos e armazenagem da Companhia;
- II) planejar, executar e administrar as atividades de expedição, logística e de distribuição da Companhia;
- III) coordenar procedimentos de controles patrimoniais da Companhia;
- IV) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor Presidente:
- V) coordenar procedimentos de controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

O mecanismo de avaliação de desempenho dos administradores compreende o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual, assim como para todos empregados da Companhia.

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembléias Gerais.

a. prazos de convocação:

A companhia procura efetuar a publicação do Edital de Convocação das assembleias gerais com antecedência adequada, sempre respeitando o prazo mínimo estabelecido no Estatuto Social e de acordo com a Legislação pertinente vigente.

b. competências:

A Assembléia Geral reúne-se, ordinariamente, dentro dos 4(quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com competência para: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembléia Geral a prática dos seguintes atos: (a)qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, incluindo, mas não se limitando à criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações; (b) aprovação da remuneração global de todos e quaisquer membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) a alteração do Estatuto Social; (d) atribuição de bonificações em ações; (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (f) redução/aumento do número e atribuições de membros do Conselho de Administração; (g) fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) autorização para os administradores requererem falência, recuperação judicial ou extrajudicial da própria Companhia; (i) liquidação ou dissolução da Companhia; (j) celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência; (k) qualquer alteração do objeto social da Companhia; 1) alteração na política de dividendos da Companhia; (m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração, pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por Acionistas, nos casos previstos em Lei.

A Assembléia Geral se instala e é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem o substitua na forma deste estatuto. Na falta destes, instala a Assembléia Geral,

qualquer administrador da companhia, cabendo, nesse caso, aos acionistas presentes, eleger o Presidente da sessão. Completa a mesa um secretário escolhido pelo seu presidente.

Somente podem comparecer a Assembléia Geral os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas no Livro de Registro de Ações até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembléia Geral e que, no mesmo prazo, hajam depositado, na sede social, os respectivos títulos ou documentos que os represente.

c. endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos estão disponíveis na sede da Companhia no endereço Av. Engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP 28605-220, Nova Friburgo – RJ, no endereço eletrônico www.haga.com.br link investidores, e também disponíveis nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bmfbovespa.com.br), link empresas listadas.

d. identificação e administração de conflitos de interesses:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ação, o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. O acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. O acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Os conflitos de interesses são identificados e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de análise de objeto e contrapartes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

O acionista pode ser representado na Assembléia Geral, nos termos do parágrafo 1° do artigo 126 da Lei 6.404/76.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista poderá ser representado na Assembléia geral desde que o instrumento de procuração comprove os poderes para outorga e que tenham sido depositados na sede da companhia em até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembléia Geral. Não sendo exigido o reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos instrumentos de procuração. Não será exigida tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em inglês ou espanhol que venham acompanhados da respectiva tradução.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância, nas Assembleias Gerais Ordinárias, por meio do envio do boletim de voto diretamente à Companhia, cumprindo as seguintes formalidades:

- (i) via original ou digitalização do boletim de voto à distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- (ii) cópia autenticada ou digitalização da via original dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):
- Pessoa Física:
 - Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional.
- Pessoa Jurídica:
 - Documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional;
 - Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;
 - Documento que comprove os poderes de representação;
- Fundos de Investimento:
 - Documento de identidade com foto do representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional;
 - Último regulamento consolidado do fundo;

-Ultimo Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto de respectivo fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia solicita que os documentos acima, bem como cópia do boletim de voto a distância, sejam enviados aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores preferencialmente para o endereço eletrônico: haga@haga.com.br.

No caso de envio dos documentos acima via correio, os mesmos devem ser direcionados à Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP: 28605.220, Nova Friburgo, RJ, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização daqueles documentos assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto a distância.

Também não será exigida tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em inglês ou espanhol que venham acompanhados da respectiva tradução.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação a distância próprio, porém utiliza as prerrogativas da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo de voto à distância.

i.instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância relativo às Assembleias Gerais Ordinárias, é necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP 28605.220, Nova Friburgo, RJ, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio de endereço eletrônico haga@haga.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

O conselho de Administração estudará as propostas e eventualmente as incorporará à pauta de assembleia, se o tema for julgado pertinente.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito do voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem este tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, além das deliberações previstas em Lei:

- I) orientar a Diretoria e supervisionar as atividades da companhia;
- II) aprovar o relatório anual da Diretoria e a Proposta de Destinação dos Lucros Sociais;
- III) autorizar a Diretoria a renunciar a direitos, a transigir, a dar avais e fianças em favor de terceiros, a alienar, a hipotecar, ou de qualquer forma onerar bens do ativo permanente da companhia, desde que de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais);
- IV) avocar, a qualquer tempo, o exame das atividades específicas da companhia, em qualquer setor, e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria;
- V) eleger e destituir os Diretores da companhia, fixar-lhes atribuições e estabelecer os respectivos limites de competência e de decisão;
- VI) escolher o substituto, em caso de vaga de cargo de Diretor;
- VII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários;
- VIII) aprovar condições especiais de contratação para o exercício de funções de Diretor;
- IX) autorizar a associação da companhia a outras sociedades;
- X) abrir ou encerrar filiais ou escritórios, em qualquer ponto do território nacional;
- XI) Convocar Assembleia Geral no caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo as convocações feitas pelo Presidente, por iniciativa própria, ou atendendo ao pedido de qualquer de seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer fora da sede da Companhia e se instalam com a presença da maioria de seus membros. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente do Conselho de administração, voto de qualidade. As decisões do Conselho de Administração devem constar de Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas em vigor.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

c. regras de identificação e administração de conflito de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada

Não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.

Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.

ssória Para Resolução de Conflitos Por Meio de

Não se aplica

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no	emissor	Descrição de outro cargo / função			
JORGE CAETANO DA SILVA	05/06/1952	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2020	3 ANOS	9
641.018.277-53	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	19 - Outros Diretores	30/04/2020	Sim	0.00%
Responsavel pela área de suprimentos		não há			
NEY COELHO RODRIGUES	18/08/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	3 ANOS	3
129.988.427-04	ECONOMISTA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Sim	100.00%
não se aplica					
GUSTAVO ADOLFO TRAUB,	24/03/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	3 anos	2
026.752.379-30	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Não	100.00%
não se aplica					
RONALDO LO BIANCO	14/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	3 anos	0
261.277.507-25	Arquiteto e empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Sim	0.00%
BRAULIO REZENDE FILHO	27/03/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	3 anos	3
516.221.307-15	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Sim	100.00%
não se aplica					
ANTONIO RANHA DA SILVA	12/01/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	03 anos	3
833.063.667-49	CONTADOR	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Sim	100.00%
não se aplica					
JOSÉ LUIZ ABICALIL	12/09/1952	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2020	03 ANOS	9
177.604.887-34	ADMINISTRADOR DE EMRESAS	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no e	emissor	Descrição de outro cargo / função			

RESPONSAVEL PELA ÁREA DE SUPRIMENTO E INFORMATICA DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Experiência profissional / Critérios de Independência

JORGE CAETANO DA SILVA - 641.018.277-53

Cientifico, Faculdade de Matemática – Licenciatura Plena, Professor de Matemática da Universidade Candido Mendes, Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, Pós Graduado em Marketing – MBA, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: 30.04.2001 -

NEY COELHO RODRIGUES - 129.988.427-04

economista , graduado pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro – DEZ/1978 , com larga experiência na área financeira, administrativa e atendimento a clientes,, ex funcionário do Banco do Brasil – abril/1965 a abril 1995, tendo exercido nas agências todas as funções da carreira administrativa, até o nível de gerência e, na Direção Geral , as funções de Assistente Administrativo e Assistente técnico. Atuou também na CTRIN (comissão do trigo nacional) tendo sido responsável pela compra e classificação de safras de trigo, para o Governo Federal ,em região do Rio Grande do Sul. Ataulmente é empresário do setor de madeiras.

GUSTAVO ADOLFO TRAUB, - 026.752.379-30

Brasileiro, Engenheiro Civil, Bacharel em Administração com Ênfase em Finanças - FAE Business School – 2004, residente e domiciliado em Curitiba, PR, Fertipar – Fertilizantes do Paraná Ltda - Abril 2008 – Atual, Superintendente de Suprimentos - Trading Internacional, - Reportando-se ao Diretor Comercial, definindo e implementando as estratégias para negociação e compra de Matéria Prima no mercado internacional de commodities para Fertilizantes Agrícolas, Atuação ativa com as diversas equipes comerciais, - Definição de precificação e estratégia de venda para diferentes canais de distribuição, - Planejamento e acompanhamento da cadeia de suprimentos das diversas filiais do Grupo - Avaliação das alternativas logísticas de suprimentos e viabilidade de novas plantas dentro do país, - Análise de oferta e demanda do mercado local e internacional, buscando redução de custos e maximização da rentabilidade das operações da companhia. •RNI Rodobens Negócios Imobiliários SA - Abril 2016 – Atual, Conselheiro Fiscal - Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa, com capital aberto na Bovespa/B3 com ticker RDNI3, •HSBC Bank Brasil S.A. - Abril 2007 – Abril 2008, Gerente de Planejamento e Controle Premier & Personal Investment Business: - Reportado-se a Diretoria de Varejo de Alta Renda era o responsável pelo-controle e planejamento deste segmento (produtos, receitas, despesas, estratégia de crescimento) - Definição das estratégias de vendas de produtos de investimentos para os diversos segmentos pessoa física, com adequação de grade de produtos, definição de metas e análise de desempenho - Comunicação para a Rede de Agências (gerentes de relacionamento) sobre produtos (tipos, características e estratégias) e mercado financeiro - Análise da Indústria de Fundos de Investimentos - HSBC Vida e Previdência Brasil S.A. - Junho 2005 a Abril 2007.

RONALDO LO BIANCO - 261.277.507-25

Formado em arquitetura ha 44 anos, atua em projetos arquitetonicos de predios residenciais, comerciais, industriais, htéis, pousadas, colégios, teatros, hospitais e clinicas, centros comerciais e shoping center, arquitetura de interiores, com ampla experiencia em detalhamento, especificação e execução de obras de construção civil.

Como empresário atua no ramos de Moveis Planejados.

BRAULIO REZENDE FILHO - 516.221.307-15

Brasileiro, natural de Nova Friburgo – RJ, formado em Administração de Empresas – Universidade Candido Mendes – 1986, Direito – Universidade Candido Mendes – 2002; Proprietário das empresas Rezende Materiais para Construção S/A, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Friburgo, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sincomércio) de Nova Friburgo, Membro do Comitê Gestor da Certificação Digital do SPC Brasil, Diretor Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado do Rio de Janeiro, Empresário do comércio varejista desde 1975. Dirigente sindical desde 1975.

ANTONIO RANHA DA SILVA - 833.063.667-49

é mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - RJ, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho RJ. Foi auditor da KPMG Auditores no período de 1988 a 2001, responsável pelas áreas de auditoria em Instituições Financeiras e Transportes Marítimos e Terminais Portuários nos níveis do escritório do Rio de Janeiro e Brasil, respectivamente. Principal executivo financeiro da ALTM S.A., no período de 2001 a 2002 e desde 2003 tem se dedicado na prestação de serviços de auditoria e consultoria em médias e grandes empresas dos seguimentos Financeiros, Comércio e Indústria, Prestação de serviços, Navegação Marítima e Terminais portuários. Professor concursado da Universidade Federal Fluminense na Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda - RJ. Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada – CEPC do Conselho Federal de Contabilidade/CRC-RJ. Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, Presidente da Comissão de Ética e representante adjunto do Brasil junto ao IFAC, no Comitê de pequenas e médias empresas de auditoria. Foi membro efetivo dos conselhos fiscais da Grendene S.A.(2011), COTEMINAS S.A.(2011), GPC Participações S.A. de 2001 até 2012 e da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.(1999, 2000, 2008 e 2009). Possui Certificado Nacional de Auditor Independente - CNAI, para atuar em auditorias de Companhias de Capital Aberto (CVM) e Instituições Financeiras (BACEN). É professor da FGV Management e diversas outras instituições de ensino em cursos de MBA, pós-graduação e de educação profissional continuada ligados às áreas de auditoria, contabilidade, controladoria e tributos. Integrante da equipe de Autores do Livro Auditoria das Demonstrações Contábeis, da série Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria do FGV Management, FGV Editora, 2007.

JOSÉ LUIZ ABICALIL - 177.604.887-34

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, com cursos de especialização em Administração de Materiais, Planejamento Tributário, Contabilidade de Custos, Lógica / Programação e Análise de Sistemas, Planejamento de Informática nas Empresas, Informática para Executivos, Informações Empresariais e Planejamento Estratégico. Pós Graduado em Finanças pela COPPEAD/UFRJ, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: DIRETOR PRESIDENTE DESDE 28.06.1994 –

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
JORGE CAETANO DA SILVA - 641.018.277-53	
N/A	NÃO SE APLICA
NEY COELHO RODRIGUES - 129.988.427-04	
N/A	
GUSTAVO ADOLFO TRAUB, - 026.752.379-30	
N/A	
RONALDO LO BIANCO - 261.277.507-25	
N/A	
BRAULIO REZENDE FILHO - 516.221.307-15	
N/A	
ANTONIO RANHA DA SILVA - 833.063.667-49	
N/A	

JOSÉ LUIZ ABICALIL - 177.604.887-34

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no en	nissor					
NÃO SE APLICA	Outros Comitês		Outros		31/12/2011	NÃO SE APLICA
000.000.000-00	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	31/12/2011	0	0.00%
NÃO SE APLICA						
Experiência profissional / Critérios de la	ndependência					

NÃO SE APLICA - 000.000.000-00

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
NÃO SE APLICA - 000.000.000-00	
N/A	NÃO SE APLICA

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada JOSÉ LUIZ ABICALIL NÃO SE APLICA	177.604.887-34	NÃO SE APLICA		Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada NÃO SE APLICA NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA		
<u>Observação</u> NÃO SE APLICA				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor JOSÉ LUIZ ABICALIL Diretor Presidente	177.604.887-34	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada FULLMETAL IND E COMERCIO S A	12.093.443/0001-53		
Presidente Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia não possui quaisquer acordos, seguro de responsabilidade ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

PÁGINA: 105 de 174

12.12 - Outras informações relevantes

Não se aplica

PÁGINA: 106 de 174

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- 13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.
- a. objetivos da política ou prática de remuneração
- A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada ao porte da Companhia.
- b. composição da remuneração, indicando:
- $(\ensuremath{\mathtt{i}}\xspace)$ descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A renumeração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salário mensais para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

- O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.
- (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica

 (\mbox{iii}) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Por se tratar de Diretores funcionários seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

- (iv) razões que justificam a composição da remuneração
- A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.
- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do emissor

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não estabelecida

PÁGINA: 108 de 174

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais							
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total			
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00			
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00			
Remuneração fixa anual							
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00			
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00			
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00			
Outros	0,00	0,00		0,00			
Descrição de outras remunerações fixas							
Remuneração variável							
Bônus	0,00	0,00		0,00			
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00			
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00			
Comissões	0,00	0,00		0,00			
Outros	0,00	0,00		0,00			
Descrição de outras remunerações variáveis							
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00			
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00			
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00			
Observação							
Total da remuneração	206.550,00	592.199,00		798.749,00			

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais								
	Conselho de Administração Diretoria Estatutária Conselho Fiscal To							
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00				
Nº de membros remunerados	5,00	0,00		5,00				
Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00				
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00				

PÁGINA: 109 de 174

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00
Observação			
Total da remuneração	139.800,00	613.790,00	753.590,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais Conselho de Administração Diretoria Estatutária Conselho Fiscal Total Nº total de membros 7,00 5,00 2,00 Nº de membros remunerados 5,00 2,00 7,00 Remuneração fixa anual Salário ou pró-labore 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Benefícios direto e indireto Participações em comitês 0,00 0,00 0,00 Outros 0,00 0,00 0,00 Descrição de outras remunerações fixas Remuneração variável Bônus 0,00 0,00 0,00 Participação de resultados 0,00 0,00 0,00 Participação em reuniões 0,00 0,00 0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00
Observação			
Total da remuneração	128.795,20	623.473,95	752.269,15

PÁGINA: 111 de 174

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2021, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 90 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2021, R\$ 84 mil até o exercício de 2020.

PÁGINA: 112 de 174

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. Termos e condições gerais:

Não aplicável

b. Principais objetivos do plano:

Não aplicável

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Não aplicável

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

q. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

L. restrição à transferência das ações:

Não aplicável

 $\mbox{\it m.}$ critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Não aplicável

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável

PÁGINA: 114 de 174

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei n $^{\circ}$ 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇ	ÃO	
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	-	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	-
RONALDO LO BIANCO		
BRAULIO REZENDE FILHO		100
NEY COELHO RODRIGUES	100	_

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada "subsidiária Integral".

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Não aplicável.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

PÁGINA: 115 de 174

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Não aplicável.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

PÁGINA: 116 de 174

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável.

PÁGINA: 117 de 174

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais

Não aplicável.

PÁGINA: 118 de 174

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação; c. modelo utilizado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se outras características da opção foi incorporada na mensuração do valor justo.

Não aplicável.

PÁGINA: 119 de 174

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

PÁGINA: 120 de 174

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	347.921,00	397.565,00	408.348,00	41.310,00	27.960,00	27.960,00
Valor da menor remuneração(Reais)	244.278,00	216.225,00	215.125,00	41.310,00	27.960,00	22.547,00
Valor médio da remuneração(Reais)	296.094,00	306.895,00	311.737,00	41.310,00	27.960,00	25.759,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais, para os administradores empregados. Eventual indenização será com base na legislação vigente a época, bem como estabelecido em acordo coletivo da categoria.

PÁGINA: 122 de 174

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável

.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

PÁGINA: 124 de 174

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Controlada pela Companhia não possui conselho de administração , nem conselho fiscal e sua diretoria não percebe remuneração.

PÁGINA: 125 de 174

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes

PÁGINA: 126 de 174

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrição dos Recursos Humanos da Companhia

a. Número de empregados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia mantém uma única base de atividade, a tabela abaixo apresenta a quantidade média de colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, alocados nas atividades operacionais e administrativas/comerciais:

Total de Colaboradores

Atividade	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Operacional	140	125	165
Administrativa / Comercial / Bolsistas -Senai	47	55	50
Total	187	180	215

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia não possui terceirizados relacionados a atividade fim.

c. índice de rotatividade

	INDICE DE
ANO	ROTATIVIDADE
2018	0,24
2019	0,14
2020	0,26

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

A companhia procura cumprir com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias estabelecidas em Lei e no acordo coletivo de trabalho, não tendo no momento nenhuma exposição relevante a passivos e contingências trabalhistas.

PÁGINA: 127 de 174

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Alterações Relevantes no Quadro de Colaboradores

No período não houve qualquer alteração relevante no quadro de colaboradores.

PÁGINA: 128 de 174

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Políticas de Remuneração dos Colaboradores.

a. política de salários e remuneração variável:

A companhia procurar compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de seus empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, gratificação de função e gratificação por tempo de serviço.

Programa de Participação nos Lucros ou Resultados

Encontra-se devidamente arquivado junto ao Sindicato dos Empregados das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Nova Friburgo, acordo e norma do Programa de Participação de Resultado "PPR" implantado pela Companhia, aplicável a todos os colaboradores ativos, considerando as metas de faturamento e os índices de qualidade, uso do EPI, de acidentes de trabalho e de assiduidade.

b. política de benefícios:

Além dos benefícios estabelecidos nas convenções coletivas, por liberalidade a Companhia disponibiliza aos seus colaboradores os seguintes benefícios:

- Treinamento
- Alimentação
- Ticket Alimentação
- Seguro de Vida em Grupo
- Assistência Jurídica
- Assistência Médica
- Convênio Material Escolar
- Recreativa

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não é aplicado pela Companhia.

PÁGINA: 129 de 174

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Relações entre o Emissor e Sindicatos

Os colaboradores da Companhia estão vinculados ao Sindicato dos Empregados das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Nova Friburgo e a Companhia ao SINDMETAL-NF. O relacionamento se desenvolve no respeito e cumprimento da Lei e da convenção coletiva.

PÁGINA: 130 de 174

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não se aplica

PÁGINA: 131 de 174

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de	acionistas Acioni	sta controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou	Mandatório	Tipo p	essoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unida	ades) Ações ordinári	as % Qtde. ações preferenc	ciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de açõo	es (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIO	OS DA FERRAGENS HAGA	·	·			
39.523.725/0001-08	BRASIL-RJ	Não	Sim		28/09/1993	
Não						
2.88	4.230 72,7	711%	500	0,006%	2.884.730	24,241%
Classe ação	Qtde. de ações (Unida	des)	Ações %			
TOTAL		0	0,000%			
JOAO ANTONIO LIAN						
020.454.488-27	BRASIL-SP	Não	Não		28/10/2019	
Não						
6	3.800 1,6	608%	704.400	8,879%	768.200	6,455%
Classe ação	Qtde. de ações (Unida	des)	Ações %			
TOTAL		0	0,000%			
ORGANON CAPITAL GESTÃO DE	INVESTIMENTOS LTDA					
36.588.627/0001-52		Não	Não		24/03/2021	
Sim	ORGANON CAPITAL GESTÃO DE I	NVESTIMENTOS LTDA	Juridica	a	36.588.627/0001-52	
	0 0,0	000%	300.000	3,780%	300.000	2,521%
Classe ação	Qtde. de ações (Unida	des)	Ações %			
TOTAL		0	0,000%			

Acionista							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Partio	cipa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteraçã	0	
Acionista Residente no Exterior	r Nome do Representar	nte Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Un	nidades) Aç	ções ordinárias % Qtd	e. ações preferenciais (Unidades)	Ações prefere	enciais % Qtde. to	otal de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de aq	ções (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unida	ades) Açõe	s %				
PORTUGAL FUNDO DE INVEST	TIMENTOS EM AÇÕES						
11.907.414/0001-15	BRASIL-RJ	Não		Não	23/06/2020		
Não							
	0	0,000%	1		0,001%	1	0,001%
Classe ação	Qtde. de	ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%				
OUTROS							
	BRASIL	Não		Não			
Não							
	915.737	23,087%	5.587.332		70,429%	6.503.069	54,648%
Classe ação	Qtde. de	ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%				
NUEVO SUMATRA FUNDO DE I	INVEST.DE AÇÕES ("FUNDO")						
07.096.468/0001-70	BRASIL-SP	Não		Não	15/10/2019		
Não							
	102.900	2,594%	1.341.100		16,905%	1.444.000	12,134%
Classe ação	Qtde. de	ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%				
OUTROS							
	0	0,000%	0		0,000%	0	0,000%

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (U	Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
3.966.667	100,000%	7.933.333	100,000%	11.900.000	100,000%	

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/01/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4.776
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	32
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.081.936	27,276%	
Quantidade preferenciais (Unidades)	7.931.437	99,976%	
Preferencial Classe A	0	0,00000%	
Total	9.013.373	75,743%	

PÁGINA: 136 de 174

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Organograma dos Acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

Não é relevante

PÁGINA: 137 de 174

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Acordos de Acionistas

Não existe qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte.

PÁGINA: 138 de 174

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Nos 3 últimos exercícios não houve alterações relevantes nas participações dos membros de controle e administradores da Companhia.

PÁGINA: 139 de 174

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "15

PÁGINA: 140 de 174

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não se aplica

PÁGINA: 141 de 174

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização das Transações com Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota explicativa na divulgação da Controladora (BR GAAP).

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transa	Transações				
	Receita de venda de	Receita de venda de				
	produtos	produtos				
	31.12.2020	31.12.2019				
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	2.785.823	6.617.887				

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

PÁGINA: 142 de 174

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	31/12/2018	0,00	0,00	0,00	INDETERMINADO	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLAD	A					
Objeto contrato	COMPRA E V	ENDA FORNECEDOR					
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	ENTO DE INSUMOS FABR	RIS SEM SALDO A RECE	BER NO FINAL DO PERÍO	ODO	
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RE	ELAÇÃO DE FORNECIME	ENTO DE INSUMOS FABR	RIS SEM SALDO A RECE	BER NO FINAL DO PERÍO	ODO	
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	31/12/2019	0,00	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO	NÃO HÁ	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLAD	A					
Objeto contrato	COMPRA-VEI	NDA-FORNECEDOR					
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	NTO DE INSUMOS FABR	RIS SEM SALDO A RECE	BER NO FINAL DO PERÍO	ODO	
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	ENTO DE INSUMOS FABR	RIS SEM SALDO A RECE	BER NO FINAL DO PERÍO	ODO	
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	31/12/2017	0,00	contas a receber/ CLIENTES - R\$0,00 FORNECEDOR -R\$ 0,00	SALDO DE CONTAS A RECEBER /CLIENTES = R\$ 0,00 - FORNECEDOR= R\$ 0,00		NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Relação com o emissor	CONTROLADA	A					
Objeto contrato	COMPRA E VI	ENDA - FORNECEDOR					
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	NTO DE INSUMOS FABR	IS SEM SALDO A REC	EBER NO FINAL DO PER	ÍODO	
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	NTO DE INSUMOS FABR	IS SEM SALDO A REC	EBER NO FINAL DO PER	ÍODO	
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO S A	31/12/2014	0,00	CONTAS A RECEBER = R\$ 0,00	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA	A					
Objeto contrato	COMPRA E VI	ENDA -FORNECEDOR					
Garantia e seguros	NÃO SE APLIC	CA					
Rescisão ou extinção	NÃO SE APLIC	CA					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	FORNECEDO	R COM SALDO ZERO AC) FINAL DO PERÍODO				
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	31/12/2015	0,00	CONTAS A RECEBER = R\$0,00	NÃO SE APLICA	INDETERMINADO	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA	A					
Objeto contrato	COMPRA E VI	ENDA -FORNECEDOR					
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	NTO DE INSUMOS FABR	IS SEM SALDO A RECE	BER NO FINAL DO PERÍ	ODO	
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	31/12/2016	0,00	CONTAS A RECEBER CLIENTES = R\$ 0,00 /SALDO FORNECEDOR = R\$ 0,00	SALDO CONTAS A RECEBER/CLIENTES = R\$ 0,00	INDETERMINADO =	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA	А					
Objeto contrato	COMPRA E VI	ENDA -FORNECEDOR					
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RE	LAÇÃO DE FORNECIME	NTO DE INSUMOS FABR	IS SEM SALDO A RECEE	BER NO FINAL DO PERÍ	ODO	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Identificação das medidas para tratar de conflito de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento ompensatório adequado.

Não se aplica, tendo em vista que a única parte relacionada com a Companhia é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada .Consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

PÁGINA: 146 de 174

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não se aplica

PÁGINA: 147 de 174

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)		
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/05/1997	10.353.000,00		3.966.667	7.933.333	11.900.000

PÁGINA: 148 de 174

17.2 - Aumentos do Capital Social

deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)			, .	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2011	age	31/12/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

	Quantidade	de ações antes da aprovação	(Unidades)	Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)			
Data aprovação	Quantidade ações Quantidade açõe ordinárias preferenciai		Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	
Grupamento							
31/12/2013	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000	

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	preferenciais	Quantidade total ações	3	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2011	31/12/2011	0,00	0	0	0	0,00000000	0,00
Forma de restituição		NÃO SE APLICA					
Razão para redução		NÃO SE APLICA					

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 Outras Informações Relevantes.

Não se aplica.

PÁGINA: 152 de 174

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA Ordinária

Tag along 0,000000

Direito a dividendos NAO

Direito a voto Pleno

Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

NA FORMA DA LEI

Não

Restrição a circulação Não

Resgatável

Conversibilidade

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários NÃO HA PREVISAO

Outras características

relevantes

NÃO HÁ

Espécie de ações ou CDA

Preferencial

Tag along 0,000000

Direito a dividendos GOZAM COMO VANTAGEM O DIREITO À PERCEPÇAO DE DIVIDENDOS NO MINIMO 10%

MAIORES QUE OS ATRIBUIDOS ÀS AÇÕES ORDINÁRIAS

Direito a voto Sem Direito

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Sim

Descrição das características do reembolso de capital

PRIORIDADE EM RELAÇÃO ÀS ORDINARIAS

Restrição a circulação Não

Resgatável

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários NÃO HÁ PREVISÃO

Outras características

relevantes

NÃO EXISTEM

PÁGINA: 153 de 174

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto.

PÁGINA: 154 de 174

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

PÁGINA: 155 de 174

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social	31/12/2019								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	3,21	2,99 R\$ por Unidade	3,11
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de	0	1,92	1,89 R\$ por Unidade	1,90

PÁGINA: 156 de 174

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se alica

PÁGINA: 157 de 174

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

não se aplica

PÁGINA: 158 de 174

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias.

PÁGINA: 159 de 174

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A COMPANHIA NÃO POSSUI NEGOCIAÇÃO EM MERCADO ESTRANGEIRO

PÁGINA: 160 de 174

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

PÁGINA: 161 de 174

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas por nós relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

PÁGINA: 162 de 174



Não se aplica

PÁGINA: 163 de 174

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não se aplica

PÁGINA: 164 de 174

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não se aplica

PÁGINA: 165 de 174

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO SE APLICA

PÁGINA: 166 de 174

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

não se aplica

PÁGINA: 167 de 174

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não se aplica

PÁGINA: 168 de 174

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 28/02/2003

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administracao

Cargo e/ou função Ana Thereza Duarte - Assistente da Diretoria

Luzia Tereza A. Cereja - Contadora
José Luiz Abicalil - Diretor Presidente
Jorge Caetano da Silva - Diretor
Antonio Ranha da Silva - Conselheiro
Ney Coelho Rodrigues - Conselheiro
Braulio Rezende Filho - Conselheiro
Gustavo Adolfo Traub - Conselheiro

Principais características e locais de consulta

Em 28 de fevereiro de 2003, a Companhia divulgou a Política de Negociação de valores mobiliários de sua emissão aprovada pelo Conselho de Administração, como segue:

A Companhia, os Acionistas Controladores, seus Administradores, seus Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tenham firmado o Termo de Adesão, devem comunicar a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM e à Bolsa de Valores, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo II do Manual de Divulgação de Informações e Negociações de valores Mobiliários de Emissão da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser efetuada imediatamente após a investidura no cargo e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia, pelo prazo de 06 (seis) meses após o seu afastamento ou até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar a Companhia as seguintes informações: (i) nome e qualificação do comunicante; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, incluindo, se for o caso, declaração de que a transação não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia; (iii) número de ações, bônus de subscrição, e de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, detidos anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente; (iv) número de debêntures conversíveis em ações, detidas anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e (v) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia. A Companhia deverá enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA e atualizar o Formulário de Referência da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia, pelo prazo de 06 (seis) meses após o seu afastamento ou até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

PÁGINA: 169 de 174

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Outras Informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "20".

PÁGINA: 170 de 174

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Exceto pela política de divulgação descrita no item 21.2, não há.

PÁGINA: 171 de 174

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

Em 28 de fevereiro de 2003, a Companhia divulgou a Política de Divulgação de ato ou fato relevante aprovada pelo Conselho de Administração, como segue:

A Instrução CVM nº 358 de 03 de Janeiro de 2002, alterada pela instrução CVM nº 369 de 11 de Junho de 2002 determinou a sistemática de responsabilidade pela utilização, comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante de companhias abertas, tendo sido atribuído ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante. (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º).

Com o objetivo de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir com os seus deveres, foram criados obrigações para outras pessoas vinculadas à Companhia: Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tenham firmado o Termo de Adesão, obrigando-as a comunicar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as devidas providências.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores e Acionistas, a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando desta forma a melhor disseminação de tais informações. Desta forma, fica impedido o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou quaisquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, tenham firmado o Termo de Adesão, terão o dever de guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como, zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º).

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, a Companhia poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os acionistas controladores ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

PÁGINA: 172 de 174

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Administradores Responsáveis pela Política de Divulgação de Informações

Diretor de Relações com Investidores.

PÁGINA: 173 de 174

21.4 - Outras Informações Relevantes

$21.4.\ \textbf{Outras Informações Relevantes}$

Não existem outras informações relevantes sobre este item "21".

PÁGINA: 174 de 174